

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.628 - GO (2019/0294201-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : HENRIQUE PEREIRA SANTANA
ADVOGADO : HENRIQUE PEREIRA SANTANA - GO044168
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : VILMAR DIAS CARNEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Por meio deste *habeas corpus*, ajuizado em favor de **Vilmar Dias Carneiro**, pretende-se a concessão de medida liminar a fim de fazer cessar tramitação Ação Penal Originária n. 0249180-19.2016.8.09.0000, do Tribunal de Justiça de Goiás, até o julgamento final deste feito, e, no mérito, requer-se o trancamento da aludida ação, por falta de justa causa.

Alega-se que há vício na descrição fática constante da denúncia, pois não descreve com clareza o desenrolar dos acontecimentos, e que o paciente não agiu dolosamente no sentido de promover a violação dos tipos penais a ele imputados.

Sustenta-se que *não se pode imputar ao Paciente a prática de causação de poluição ou fazer funcionar equipamento poluidor qual Ele, na condição que dispõe, promove esforços no sentido de evitar o resultado negativo aos bens jurídicos protegidos pelas normas e, mais que isso, atua no sentido de tentar solucionar a problemática evidenciada* (fl. 12).

Menciona-se que o aterro sanitário que deu ensejo ao oferecimento da denúncia provém de autorização ambiental que antecede a gestão administrativa do paciente no Município de Nova Aurora.

É o relatório.

Neste exame preliminar, não há como afastar a conclusão da Corte estadual de que há comprovação da materialidade e presença dos indícios mínimos de autoria delitiva, bem como que a peça acusatória encontra-se formalmente apta (fl. 255/256).

O caso demanda análise pormenorizada dos elementos de convicção trazidos aos autos, o que se será feito por ocasião do julgamento definitivo.

Superior Tribunal de Justiça

Indefero o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de Goiás acerca do alegado e sobre o andamento do Processo n. 0249180-19.2016.8.09.0000 (201692491806).

Depois de prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

